

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**POLÍTICAS SOCIAIS**  
PADRÕES, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO**

**REITOR**

Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE**

**PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Leila Rodrigues da Silva

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**DIRETORA**

Andréa Teixeira

**VICE-DIRETORA**

Sheila Backx

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

**REVISTA PRAIA VERMELHA**

*(Para os membros da Equipe Editorial  
pertencentes à Escola de Serviço Social  
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

**EDITORES**

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

**COMISSÃO EDITORIAL**

Janete Luzia Leite

Rita de Cássia Cavalcante Lima

**CONSELHO EDITORIAL**

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Ligia Silva Leite

(UERJ), Lilia Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfirio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

**EDITORES TÉCNICOS**

Fábio Marinho

Márcia Rocha

Marcelo Rangel

Jessica Cirrota

**PRODUÇÃO EXECUTIVA**

Márcia Rocha

**REVISÃO**

Andréa Garcia Tippi

João Bosco Telles

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ  
(21) 3873-5386  
[revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha](http://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha)

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 28 n. 1  
2018  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 28	n. 1	p. 1-404	2018
------------------------	----------------	-------	------	----------	------

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.  
Para ver uma cópia desta licença, visite:  
[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**  
ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**  
minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
revistas.ufrj.br

A foto da capa é de Bharath GS - Unsplash.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

# PRAIA VERMELHA

## **ADOLESCENTE/JOVEM EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: Análise conceitual sobre o princípio da autonomia**

ADOLESCENTS/YOUNG PEOPLE IN SHELTER:  
Conceptual analysis on the principle of autonomy

Denise Andreia de Oliveira Avelino  
Maria de Lourdes Mattos Barreto  
Rita de Cassia Cesarino

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 28

n. 1

p. 357-378

2018

## RESUMO

Este estudo examinou, na literatura, os conceitos de autonomia, transição, trajetória, projeto de vida e seus usos, voltados para os adolescentes e jovens acolhidos institucionalmente. Buscou refletir sobre eles em relação ao meio onde vivem e identificar possíveis estratégias para lhes propiciar a construção do projeto de vida. Para tanto, partiu-se do princípio de que para adquirir autonomia é preciso emergir no contexto socioeconômico-cultural, no qual ocorre o desenvolvimento do indivíduo. A abordagem apresentou o enfoque ecológico sistêmico e a análise sócio-histórica, objetivando compreender as questões envolvidas no processo de desenvolvimento do sujeito.

## PALAVRAS-CHAVE

Adolescência, Abrigo/Autonomia/Trajecória/Projeto de Vida.

## ABSTRACT

This study examined, in the literature, the concepts of autonomy, transition, trajectory, life project and its use, aimed at adolescents and young people institutionally sheltered. It intended to reflect on them in relation to the environment in which they live and to identify possible strategies to make the construction of the project of life available to them. Therefore, it was assumed that in order to acquire autonomy it is necessary to emerge in the socioeconomic-cultural context where the development of the individual occurs. The approach presented the systemic ecological approach and socio-historical analysis, aiming to understand the issues involved in the development process of the subject.

## KEYWORDS

Adolescence, Shelter/Autonomy/Trajectory/Life Project.

Recebido em 11.09.2017

Aprovado em 06.06.2018

## INTRODUÇÃO

A história brasileira mostra o flagelo de inúmeras crianças, adolescentes e jovens que, durante séculos, foram abandonados e destinados a viver em grandes instituições carcerárias. Essas instituições se limitavam a oferecer aos internos os direitos humanos que não lhes eram disponibilizados pelos demais setores da sociedade, a exemplo da instituição familiar. Tais direitos estão elencados no artigo 4º da Lei nº 8.069/90 – Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Até o final do século XX, a prática estabelecida de atenção à infância e à juventude pela política pública brasileira, de acordo com Frota (2003), era a de deportação e confinamento. O infante ou o jovem que estivesse em situação irregular, ou seja, em abandono ou delinquência, por decisão judicial seria compulsoriamente retirado de seu meio afetivo (família ou grupo de rua) e da comunidade de origem com a qual possuísse vínculo social e cultural, e logo após confinado em internatos para ser ressocializado.

Com o advento do ECA, cai por terra a chamada doutrina da situação irregular, emergindo, então, a doutrina da proteção integral, em que as crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direito. Este trabalho enfatiza um dos direitos elencados no bojo do ECA, qual seja, o direito à convivência familiar e comunitária.

Apesar de o atual arcabouço político-jurídico estar voltado para a proteção da infância e juventude brasileiras, o número de acolhimento institucional continua elevado. A crise política e econômica que assolou o Brasil por décadas no governo militar e a cultura da institucionalização infantojuvenil estabelecida deixaram como legado a

ideologia de que o Estado deve, de forma incontinente, substituir a família quando esta é considerada, pela sociedade, como não tendo meios socioeconômicos para proteger seus menores.

Em razão da complexidade exigida no atendimento do público infantojuvenil institucionalizado, o modelo de política de “proteção” à criança, adolescente/jovem brasileiro se encontra, desde a década de 1990, em constante aperfeiçoamento, objetivando propor ações humanizadas a ser direcionadas ao público do Serviço de Acolhimento Institucional.

Nesse sentido, surge, entre outros documentos, a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Assistência Social, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Trata-se de “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009)”, com o propósito de qualificar o atendimento ao público a que se destina, enfatizando as ações voltadas para a provisoriedade do acolhimento e a preparação do jovem para a autonomia na construção de seu projeto de vida.

Este artigo buscou compreender a situação dos adolescentes/jovens com idade próxima aos 18 anos e, portanto, prestes a serem desligados ou desabrigados pelo serviço de acolhimento institucional. Para tanto, as autoras utilizaram como metodologia a revisão literária da base de dados da Scielo, a partir dos trabalhos de Claudia Born (2001), Rogoff (2005), Reichert e Wagner (2007), Castro (2009), Furlani e Bonfim (2010), Malfitano (2011), Leão e Carrano (2012), entre outros.

A discussão girou em torno de dois conceitos importantes para o cuidado de adolescentes/jovens em acolhimento institucional: o de autonomia, no viés da política de proteção; e o de projeto de vida. Para além do discurso teórico, apresentaram-se, a partir da base de dados pesquisada, dois estudos propondo estratégias de atendimento ao jovem de 15 a 18 anos de idade, as quais são direcionadas ao desenvolvimento da autonomia, do protagonismo e da capacidade empreendedora de gestar a própria vida, por meio da elaboração prévia e conjunta de um projeto de vida.



## **UM OLHAR ATENTO AO ADOLESCENTE/JOVEM EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

No contexto atual, segundo os resultados do Relatório “Um Olhar Mais Atento ao Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes” do Conselho Nacional do Ministério Público (CMNP, 2013), há no Brasil 2.598 entidades de acolhimento institucional e 156 de acolhimento familiar, que recebem cerca de 46.000 crianças, adolescentes/jovens. Salvo raras exceções, o pano de fundo para tais acolhimentos é a pobreza.

Destaca-se, entretanto, em razão da relevância para este trabalho, a faixa etária dos acolhidos. Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2013), o maior número de acolhidos está entre os meninos e meninas de 0 a 15 anos de idade, com maior incidência de meninos entre 6 e 11 anos, e meninas de 12 a 15. Ao observar esses dados e levando em conta que representam a realidade (agosto de 2013), 35% dos acolhidos permanecem na Instituição de Acolhimento por mais de dois anos; tem-se, assim, enorme contingente de jovens adolescentes acolhidos atualmente.

O conhecimento desses dados pelos operadores de direito e pelas agências políticas apresenta-se como desafio e lhes impõe o dever institucional de atender os jovens de modo a propiciar-lhes condições de viver dignamente a partir do desacolhimento aos 18 anos de idade.

Nessa esteira, as Orientações Técnicas (2009) do Conselho Nacional de Assistência Social, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, norteiam os Serviços de Acolhimento Institucional, possibilitando direcionar atenção especial aos adolescentes/jovens, sobretudo àqueles cujo poder familiar foi destituído, ou seja, estão impossibilitados de se reintegrar à família de origem e, ainda, têm remota possibilidade de ser colocados em família substituta pela adoção ou pela guarda.

As Orientações Técnicas constituem um documento que propõe, como premissa do atendimento, a preparação do adolescente/jovem

para a autonomia. Assim, determinam a necessidade premente de preservar os vínculos comunitários, de propiciar qualificação profissional e, sobretudo, desenvolver, em conjunto com profissionais, a elaboração do projeto de vida.

Nesse sentido, o citado documento orienta as seguintes ações:

Proporcionar o fortalecimento de habilidades, aptidões, capacidades e competências dos adolescentes, que promovam gradativamente sua autonomia, de forma a que, preferencialmente, já estejam exercendo alguma atividade remunerada quando da sua transferência para uma república<sup>1</sup> (BRASIL, 2009, p. 52).

No entanto, para o alcance efetivo dessa proposta, é preciso compreender o conceito de autonomia e quão autônomo se espera ser o indivíduo, cuja trajetória de vida foi cercada de situações embaraçosas e de alterações drásticas em seu curso de vida.

## **AUTONOMIA, TRANSIÇÃO, TRAJETÓRIA, PROJETO DE VIDA – CONCEITOS DE UMA VIDA**

A imersão na análise do conceito de autonomia inicia-se pela abordagem cultural do desenvolvimento defendida por Rogoff (2005). Tal abordagem, no entender dessa autora, contribui para a compreensão dos padrões culturais do desenvolvimento humano, não por meio de equiparações com a cultura nacional ou com a étnica do indivíduo, mas pelo exame das regularidades que descrevem diferenças e semelhanças nas práticas e tradições comunitárias. É o que explicita essa mesma autora ao asseverar que:

---

1 República: residência destinada a no máximo seis jovens de 18 a 21 anos de idade em vulnerabilidade social com vínculos familiares rompidos e egressos do serviço de acolhimento institucional. Suas despesas são subsidiadas pelo Estado, e o tempo de permanência é limitado, pois pode variar conforme o desenvolvimento de cada jovem (BRASIL, 2009).

Para compreender os aspectos culturais de desenvolvimento humano, é preciso desenvolver a ideia de que as pessoas se desenvolvem como participantes das comunidades culturais. Seu desenvolvimento só pode ser compreendido a luz das práticas e das circunstâncias culturais de suas comunidades, as quais também mudam (ROGOFF, 2005, p. 15).

A importância da observação dos aspectos culturais que circundam crianças e adolescentes/jovens residentes em acolhimento institucional está intimamente ligada às rupturas psicossociais e culturais vivenciadas durante a fase de seu desenvolvimento. Isso porque ao ser retirado de sua família e da comunidade onde vive e ser alocado em uma unidade de acolhimento, o jovem passa a vivenciar a cultura do grupo que o acolhe e da comunidade onde está inserido o equipamento público.

Rogoff (2005), ao apontar o impacto do ambiente no desenvolvimento humano, cita duas abordagens fundamentais para comprovar sua tese: 1) O modelo psicocultural de Whiting e Whiting (1975) trabalha com a necessidade de conhecer detalhadamente as situações com as quais as pessoas se envolvem, sejam elas mediatas, sejam processos culturais imediatos, a fim de compreender o desenvolvimento humano; e 2) O Sistema Ecológico de Bronfenbrenner (1979) demonstra que os ambientes imediatos da pessoa se compõem pelo ambiente geral e pelos contextos culturais e sociais das relações entre diferentes ambientes, podendo estes tanto estimular quanto prejudicar o desenvolvimento humano. Dessa forma, ao perseguir a compreensão do conceito de autonomia, quando se vislumbra o público adolescentes/jovens é preciso conhecer a cultura dos ambientes vivenciados por eles, pois o referido conceito se apresenta imbricado nos espaços socioculturais perpassados por esses indivíduos no curso de suas vidas.

É importante evidenciar, por meio de processo educativo, o sentido de autonomia entre os adolescentes/jovens institucionalizados, uma vez que essa se caracteriza como diretriz basilar do atendimento

a esse público, sobretudo em razão da improvável reintegração familiar. No entanto, é preciso compreender o alcance desse conceito na vida de quem assiste os acolhidos e na vida deles próprios. Simplesmente tornar o sujeito autônomo garante a ele a independência necessária aos 18 anos de idade, quando é intimado, judicialmente, a se retirar do Serviço de Acolhimento que lhe serviu de guarida e proteção.

Para aprofundar o estudo do conceito de autonomia, Reichert e Wagner (2007) utilizam-se de Segre et al. (2005), apresentando a etimologia do vocábulo a partir de tal elucidação:

Semanticamente, a palavra “autonomia” vem do grego, formada pelo adjetivo *autos* – que significa “o mesmo”, “ele mesmo” e “por si mesmo” – e pela palavra *nomos* – que significa “compartilhamento”, “lei do compartilhar”, “instituição”, “uso”, “lei”, “convenção”. Neste sentido, autonomia significa propriamente a competência humana em “dar-se suas próprias leis” (SEGRE et al., 2005, p. 3 *apud* REICHERT; WAGNER, 2007).

A partir da análise semântica do termo, as citadas autoras compreendem a autonomia como a capacidade do sujeito de decidir e agir por si mesmo, mas aliam à análise etimológica o entendimento de que o alcance dessa capacidade dependerá das influências do contexto em que o jovem se desenvolve.

De acordo com Reichert e Wagner (2007), o conceito de autonomia varia conforme o seu significado em si e não quanto à sua aplicação. Entretanto, essas autoras citam, na perspectiva de Spear e Kulbok (2004), o ponto nevrálgico da discussão proposta neste artigo – a educação para a autonomia – como premissa do atendimento aos adolescentes/jovens em instituição de acolhimento.

Spear e Kulbok (2004 *apud* REICHERT; WAGNER, 2007) afirmam que a autonomia se desenvolve por meio de um processo ativo, orientado pelos pais de forma gradual ao longo da existência do desenvolvimento do indivíduo, objetivando a realização do desejo de independência. Nesse sentido, Reichert e Wagner (2007), recuperando

Steinberger e Silverberg (1986) e Fleming (2005), afirmam que o desenvolvimento da independência é o componente crucial para adquirir autonomia.

Na análise comparativa entre os conceitos de independência e autonomia, observa-se a primeira representando a capacidade dos jovens de agir por conta própria e a segunda significando a capacidade de ter comportamentos independentes. Percebe-se, assim, a amplitude do conceito de autonomia por nele estar imbricada a previsão do processo de tomada de decisão com o envolvimento não só do próprio indivíduo, mas de todos com quem se relaciona, determinando, desse modo, transformações nas relações com a família, seus pares e instituições pelas quais o jovem transita.

Outro aspecto importante sobre a percepção do sentido de autonomia apresentado nos estudos de Reichert e Wagner (2007) está explícito nos resultados do trabalho de Noom et al. (1999), que identificaram, a partir da análise do contexto em que o indivíduo está inserido, o desenvolvimento de três níveis de habilidade da autonomia: atitudinal, emocional e funcional, conforme conceituação subsequente:

*A autonomia atitudinal ou cognitiva* refere-se à percepção de metas pelo exame das oportunidades e desejos, considerando os processos cognitivos para criar as possibilidades de fazer suas próprias escolhas. Ela se evidencia quando os jovens são hábeis para definir suas metas e pensar sobre seus atos. *Autonomia funcional ou condutual* refere-se à percepção de estratégias pelo exame do autorrespeito e controle, capacidade de tomar decisões e tratar os próprios assuntos sem a ajuda dos pais. Consiste no processo regulador de desenvolvimento de estratégias para alcançar as próprias metas. É alcançada quando os adolescentes são hábeis para encontrar formas para atingir suas metas. Já a *autonomia emocional* refere-se aos delicados processos de independência emocional em relação aos pais e aos pares. Ela realmente ocorre quando o jovem sente confiança em definir suas metas, independente dos desejos dos pais ou dos pares (NOOM et al.,1999, p. 3 *apud* REICHERT; WAGNER, 2007).

A partir da análise do conceito de autonomia, percebe-se a imprescindibilidade de trabalhar também os conceitos de transição e trajetória de vida, já que por meio dessa análise é possível compreender o nível de autonomia alcançado pelo jovem no curso de seu desenvolvimento.

Ao levarem em conta a complexidade envolvida no processo de transição juvenil, Leão e Carrano (2012) esclarecem ser essa fase representada como um longo processo dirigido à apreensão das habilidades necessárias para desempenhar as funções da vida adulta. Relatam que os marcadores apontados na literatura definem como o momento inicial do processo de transição juvenil: o fim dos estudos, a saída da casa dos pais e o casamento. Tal processo se modificou em razão das mudanças nos contextos social e econômico, transformando-o, no dizer de Pais (2001), em “transições ziguezagueantes, sem rumo fixo ou predeterminado”. Esse fato tornou as decisões dos jovens mais flexíveis, se comparadas ao tempo em que as fases da vida eram facilmente delimitadas.

Para Leão e Carrano (2012), o contexto social “impõe limites e configura as escolhas e estratégias de ação possíveis para cada um”. Para os jovens com recursos econômicos, sociais e culturais, são aceitas positivamente pela sociedade contemporânea a experimentação e a flexibilidade da tomada de decisão, entretanto, para os jovens pobres, pensar no futuro é cercar-se de sofrimento no presente.

De acordo com Malfitano (2011), o arcabouço teórico sobre o jovem na sociedade contemporânea apresenta múltiplas análises, propondo, então, o estudo das juventudes e não mais da juventude. Em razão da necessidade de avaliar essa fase de transição do desenvolvimento humano em várias perspectivas, essa autora cita, entre outras, as perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas e destaca, como Leão e Carrano (2012), a discussão sobre a classe social do jovem como uma demarcação necessária para entender o seu processo de transição. Diante disso, afirma aquela autora:

A classe social a que o indivíduo pertence, o acesso aos direitos sociais – como educação, cultura, saúde e outros –, aos bens materiais

e à possibilidade de inserção no mundo do trabalho são elementos relevantes para se refletir sobre quem é o jovem e quais as perspectivas e possibilidades nesse estágio de liminaridade e transição para a vida adulta (MALFITANO, 2011, p. 1).

Todavia, a quem se direcionam essas ações? Seriam eles apenas indivíduos com a idade etária entre 15 e 29 anos, conforme preconiza o parágrafo 1º da Lei nº 12.852/13, ou, como esclarece Pochmann (2004), para além disso, são indivíduos em fase de transição, de criança para adulto, cujo elemento etário está condicionado às situações biopsicológicas e socioculturais transitórias em constante transformação, com identificação provisória, legitimação e representações próprias?

Nessa esteira caminha Juncken (2005), quando complementa o entendimento de Pochmann (2004), considerando a juventude, simultaneamente, uma representação sociocultural e uma situação social, sobretudo em razão das tantas distinções que a cercam, como: etnia, cor, gênero, classe etc., que são distinções históricas e sociais.

A fim de compreender tais distinções, parte-se do pressuposto da existência referencial de juventude. Para Abramo (2005), não só de padrões socioculturais se baseia o viver a juventude, pois também está imbricado neste estado o subjetivo, o sentir-se jovem. Nessa perspectiva, Mattos (2013) alia a condição sociocultural à experiência subjetiva, considerando-as simultaneamente em sua especificidade desenvolvimental.

Quanto aos adolescentes/jovens residentes em acolhimento institucional, nota-se a preocupação nos documentos normativos e orientadores, com relação ao período de transição etária da fase infantil para a juvenil, de propiciar ações urgentes a fim de fomentar a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho.

Essa preocupação se justifica, tendo em vista que o jovem terá que prover sua vida a partir dos 18 anos de idade. É o que demonstra o Relatório do CNMP (2013), que dedica um capítulo para apresentar o número de Instituições de Acolhimento e destinar atividades

propiciadoras de ações para a inserção do adolescente/jovem no mercado de trabalho.

O número de jovens que é desligado, anualmente, do Serviço de Acolhimento, em todo o Brasil, é motivo de alarme para as agências políticas e para a sociedade, pois os dados indicam o contingente de 1.141 desligados entre março de 2012 e março de 2013. Tal fato leva essas agências a considerar a importância vital da preparação desses jovens para a vida adulta a partir da independência psicossocial e econômica. Assim, a capacitação profissional é entendida como condição *sine qua non* para a conquista dessa independência e o fortalecimento de vínculos comunitários.

A análise dos dados expostos naquele relatório evidencia que, no Brasil, cerca de 60% das Instituições de Acolhimento oportunizam aos adolescentes, a partir dos 14 anos de idade, atividades profissionalizantes. Todavia, é preciso pensar essas ações no tocante à construção do projeto de vida, como referendado nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, expedidas pela Resolução do CONANDA/CNAS nº 1, de 2008:

Para tanto, deve-se viabilizar o acesso a: i. Programas, projetos e serviços nos quais possam desenvolver atividades culturais, artísticas e esportivas que propiciem a vivência de experiências positivas e favorecedoras de sua autoestima; ii. Programas de aceleração da aprendizagem, para os casos de grande distorção série – idade; e iii. Cursos profissionalizantes e programas de inserção gradativa no mercado de trabalho (como estágios, programas de adolescente aprendiz, etc.), sempre se respeitando seus interesses e habilidades (BRASIL, 2009, p. 52).

Outro conceito importante discutido neste estudo é o da trajetória de vida, tendo em vista a relevância do autoconhecimento para a proposição do projeto de vida. Born (2001) conceitua trajetória de vida como “um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa”. Tais eventos, no geral, são determinados pela frequência dos acontecimentos. Assim, para a citada autora, o curso de vida se



estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico.

Pela análise da obra de Born (2001), entende-se por tempo biográfico o tempo em que foi realizada a interpretação subjetiva da trajetória de vida do indivíduo, levando em conta não só os acontecimentos e sua localização, mas também as percepções e interpretações do passado, as opiniões, os motivos que levaram a certos episódios, os planos para o futuro, etc.

Leão e Carrano (2012) complementam a concepção de Born ao definirem os percursos biográficos – também pelos fatores subjetivos imbricados nas ações individuais que orientam o jovem ao longo da vida – como projetos, representações sociais e valores compartilhados com a rede relacional.

Sobre essa perspectiva, Lahire (2002) aponta a necessidade de perceber o indivíduo como *ator plural*, pois suas ações apresentam inconstâncias contrárias a esquemas ou hábitos homogêneos e coerentes. Por conseguinte, não se pode conceber uma imagem determinante do ator apenas com a observação das ações já vividas, é necessário entender o presente como filtro capaz de ativar ou inibir certas disposições.

Dessa forma, os eventos vivenciados pelos jovens podem ser determinados pelo contexto que os cerca, que por sua vez é determinado, em parte, pelos recursos econômicos, culturais e sociais disponíveis; pela disposição de seu grupo familiar e social de empreender tais recursos; e pelo sentido das disposições acionadas pelo jovem, o que pode, desse modo, levá-lo a assumir diferentes estratégias, como a adaptação, fuga ou resistência. De acordo com o citado autor, esses esquemas, no geral, se encontram em estado de latência, mas podem ser reativados em razão de determinado contexto ou fase do ciclo de vida.

Autores como Araújo e Martucelli (2010), todavia, propõem outra abordagem de interpretação dos fenômenos, a partir da análise da trajetória de vida. Apresentam a sociologia do indivíduo, em que este passa a ser o centro da análise social a partir da visão

sócio-histórica. Leão e Carrano (2002), nessa linha de pensamento, defendem que, ao se constituírem como sujeitos, todos os indivíduos são submetidos a um conjunto de provas estruturais a partir das posições sociais que ocupam.

À vista disso, mediante a análise sobre a articulação entre os processos sociais e os recursos de que o sujeito lança mão para enfrentar tais provas, pode-se compreender o processo de autofabricação do sujeito. Ainda sob essa perspectiva, complementam os autores:

As provas se diferenciam de acordo com os contextos sociais e com a etapa de vida (inscrição temporal), mas, no nível individual, elas se singularizam a partir das trajetórias vividas, etapas em que se combinam os erros e acertos, o destino e a sorte, as oportunidades e as dominações, os acidentes e os condicionamentos (LEAO; CARRANO, 2002, p. 5).

A partir dessa assertiva, os autores concluem ser a abordagem sócio-histórica capaz de permitir a análise da singularidade das trajetórias sem abrir mão da estrutura pela qual o indivíduo se constitui, permitindo, então, a compreensão das diferenças de enfrentamento dessas provas por sujeitos que possuem os mesmos recursos e posições sociais similares.

Lançando olhar sobre os adolescentes/jovens em acolhimento institucional, é imprescindível recuperar o conceito de autonomia trabalhado nas linhas preliminares deste estudo. A esse respeito, Luvizaro e Galheigo (2011), ao pesquisarem o cotidiano e o habitat dos acolhidos, apresentaram como conceito de autonomia a capacidade do acolhido de cuidar de si mesmo, de projetualidade, ou seja, de construir seu projeto de vida e de contratualidade, de comunicação e empoderamento. Assim, essas autoras, utilizando o conhecimento de Justos (1997), Sarraceno (1999), Zen Mascarenhas e Dupas (2001), Siqueira Dell Aglo (2006), Marques e Czermak (2008) e Oliveira e Milnitisky-Sapiro (2007), destacam como desafios do atendimento de crianças e adolescentes/jovens em unidade de acolhimento institucional os seguintes pontos: 1) A constituição de

modelos identificatórios positivos e de segurança e proteção; 2) A compreensão dos processos psicossociais enfrentados pelas crianças e adolescentes/jovens que os levam a trajetórias de abandonos sucessivos, conflitos familiares e de convívio no abrigo; 3) As responsabilizações e desresponsabilizações da família, da sociedade e das políticas públicas e sociais com relação a esse público, muitas vezes levando a longa permanência nas unidades e, ou, a transferências compulsórias, e, por fim; 4) A institucionalização por si só, em que a apropriação pelos acolhidos na organização material e simbólica do espaço e o sentido de cotidianidade são inexistentes.

Na análise teórica, pode-se observar a especificidade que cerca a juventude como fase de desenvolvimento humano. Também, verifica-se o quanto a passagem da adolescência para a juventude pode ser especialmente pesada e até mesmo cruel para o jovem acolhido institucionalmente; a existência normativa da oferta de repúblicas voltadas para o atendimento dos jovens egressos do serviço de acolhimento institucional após completarem 18 anos de idade e que se encontram alijados de qualquer vínculo familiar ou afetivo inframuros da unidade de acolhimento; e nota-se, enfim, que, na proposta metodológica exposta pelo Conselho Nacional de Assistência Social/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Resolução nº 1 (2009) para os serviços de acolhimento institucional voltados para as crianças e os adolescentes sob medidas protetivas de afastamento parental, apenas a educação para o autocuidado e a indicação da inserção no mercado de trabalho não lhes garante a necessária autonomia para sobrevivência fora do abrigo. É preciso que seja respeitada a história de vida desses jovens, que sejam ofertados a eles espaços de reflexão sobre os rumos de suas vidas e que também lhes sejam elaboradas estratégias de sobrevivência dentro e fora da unidade de acolhimento.

Por conseguinte, encontra-se na Resolução nº 1 (2009) a determinação de que durante a estada na instituição o acolhido seja estimulado, motivado e até mesmo provocado a construir ou reconstruir um “plano de vida”, ou o proposto “projeto de vida”, contendo estratégias

e metas a serem alcançadas enquanto estiver no acolhimento e fora dele, objetivando seu desenvolvimento autônomo.

Considerando a proposta deste trabalho de discutir a autonomia do adolescente/jovem acolhido institucionalmente, respeitando as peculiaridades que cercam essa fase, sua individualidade e trajetória de vida, e ponderando a existência de importante lacuna na proposta metodológica, apresentada pelo CNAS/CONANDA (2009) para o Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, de não ofertar ou indicar referências metodológicas para elaboração do projeto de vida, entende-se ser de fulcral importância apresentar possibilidades metodológicas propositivas de elaboração de projetos de vida.

## **PROPOSTAS DE CONSTRUÇÃO OU RECONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA**

Nesse sentido, passa-se a apresentar duas abordagens metodológicas propiciadoras de reflexões e intervenções sobre o desafio de contribuir com os jovens em acolhimento na ressignificação e elaboração de seu projeto de vida. Desse modo, utilizando abordagem sócio-histórica, Juncken (2005), com a abordagem desenvolvimentista, e Furlani e Bonfim (2010) propõem métodos de elaboração do projeto de vida.

Juncken (2005) propõe dois métodos distintos: um por meio de grupos de reflexão, objetivando subsidiar a elaboração de diagnóstico para perceber as possibilidades de inserção e participação dos jovens na sociedade, criando espaços coletivos de troca e reflexão para avaliar os impactos das políticas públicas na vida da comunidade e dos jovens que a ela pertencem; e outro por meio do jogo, em que o tema proposto é o projeto de vida de um jovem, a tarefa dos jovens participantes é criar o ponto de partida desse jogo, descrevendo sua identidade, personalidade e os recursos que possuem, bem como criar o ponto de chegada representando seus objetivos e sonhos.

Já Furlani e Bonfim (2010) utilizam os mapas afetivos para tecer projetos de vida e, a fim de fundamentar a escolha dessa abordagem

metodológica, buscam Castro (2001), pois este concilia a abordagem evolutiva à abordagem desenvolvimentista e considera a infância como início de trajeto, passando pela juventude até a fase adulta.

Nessa perspectiva, Castro (2011) dá maior ênfase ao “vir a ser”, não levando tão em conta a dimensão presente, contextualizada no “aqui e agora”. O método consiste na utilização de desenhos, metáforas e palavras, direcionando-os para a compreensão do entorno físico.

Para a construção dos mapas afetivos, Furlani e Bonfim (2010) utilizam como instrumento gerador os seguintes itens: significado do desenho, sentimentos, palavras sínteses e categorias da escala Likert. Essas categorias correspondem a afirmações que se baseiam em dimensões levantadas no momento do pré-teste, voltadas para a avaliação dos sujeitos em uma escala de 0 a 10. Tais afirmações podem se enquadrar em distintas dimensões, como a de Pertinência (sentimentos, emoções ou palavras de identificação com o lugar); Contrastes (sentimentos, emoções e palavras que se contradizem); Agradabilidade (palavras que demonstram sentimentos de vinculação ao lugar onde os jovens moram em relação às qualidades positivas); e Insegurança (sentimentos e palavras que envolvem situações inesperadas, instáveis e até negativas).

As abordagens teóricas e metodológicas demonstradas neste trabalho ratificaram a possibilidade de contribuição efetiva dos adultos para com os jovens, seja na orientação no momento agudo da transição para a fase adulta, seja no auxílio para compreender sua trajetória de vida. O objetivo é que, a partir do autoconhecimento, o jovem possa determinar um ponto de partida para a construção do Projeto de Vida, tornando-se, dessa maneira, autônomo, protagonista e empreendedor de sua própria vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O interesse social pelo estudo da juventude é, reconhecidamente, recente e cíclico. No dizer de Gonçalves (2005), geralmente está ligado a crises e conflitos, ratificando a insistente visão negativa e

repressiva sobre a juventude, em especial quando se trata da juventude negra, pobre e masculina.

Essa visão negativa se amplia, no entanto, quando o jovem se encontra tutelado pelo Estado em Acolhimento Institucional e a visão transcende a já existente para estereótipos conclusivos de rejeitados a bandidos. Essa afirmativa se justifica pela reiterada recusa da sociedade em aceitá-los, seja contribuindo com a sua trajetória na unidade de acolhimento, seja tirando-o desse espaço via guarda ou adoção.

De acordo com o CNMP (2013), o número de adolescentes entre 12 e 15 anos de idade nos acolhimentos perfaz cerca de 70% do público atendido, dos quais 60% não possuem vínculos familiares ou suas famílias não apresentam capacidade protetiva.

Com relação à adoção tardia (adoção de adolescentes), desnuda-se a realidade brasileira ao declarar como faixa etária limite a idade de 9 anos, apontando ainda, como percentual de interessados na adoção dessa faixa etária, apenas 0,36 dos pais cadastrados. Pode-se inferir, então, que a adoção tardia não é a realidade brasileira, restando aos acolhidos, no momento de serem desligados do Serviço de Acolhimento em razão da maioridade civil, buscar outros recursos para sobreviver. Daí a importância fundamental da construção do Projeto de Vida durante a permanência no Serviço, pois, como pontua Velho (1999), o processo de elaboração do projeto de vida representa a possibilidade de o jovem projetar um futuro proativo, protagonista e empreendedor. Porquanto esse projeto se constitui de estratégias dirigidas ao alcance das metas desejadas e, para além disso, capacita esse jovem por meio da noção de trajetória de vida e constante autoanálise, sobretudo levando-o a atualizar seu potencial sempre que no curso de sua vida surgir a necessidade de alterar o percurso.

As Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) determinam ao Estado, entretanto, a oferta de repúblicas para os jovens egressos dos serviços de acolhimento. Essa modalidade surgiu para amparar aqueles que não possuem

vínculos familiares, mas também como estágio na construção da autonomia pessoal e independência psicossocial e financeira. Contudo, não existe registro da existência de repúblicas nos municípios brasileiros destinadas aos jovens afastados dos vínculos parentais, cabendo, então, a boa vontade dos profissionais do abrigo em supri-los do mínimo necessário para sua sobrevivência por exíguo espaço de tempo após a saída do acolhimento.

Conclui-se, então, que há a necessidade de se debruçar sobre o tema, em razão da urgência das questões que o cercam. Para os adolescentes/jovens em acolhimento institucional não existe escolha ou moratória, suas vidas estão destinadas a si mesmos, a partir dos 18 anos de idade. Por consequência, cabe à sociedade e ao Estado buscar urgentes e emergentes estratégias voltadas para a promoção, proteção e defesa desse público, a fim de que esses jovens não se vejam abandonados e reféns do círculo vicioso da institucionalização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira – Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005.
- ARAÚJO, Káthya; MARTUCCELLI, Danilo. La individuación y el trabajo de los individuos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, p. 77-91, abr. 2010. Especial. [Links].
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005a. 177 p.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011. *Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal>>.
- BRASIL. *Estatuto da Juventude*. Brasília: Senado Federal,

- Subsecretaria de Edições Técnicas, 2015.
- BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 240-255, 2001.
- CASTRO, L. R. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 25, n. 4, Oct./Dec. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000400003>>.
- FROTA, M. G. C. A cidadania da infância e da adolescência. Da situação irregular a proteção integral. In: CARVALHO, Alysson et al. (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Proex, 2003.
- FURLANI, D. D.; BONFIM, Z. A. C. Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 22, n. 1, Jan./Apr. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100007>>.
- GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade, *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://test.scielo.br/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0103](http://test.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103)>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- JUNCKEN, E. T. *Juventude pobre, participação e redes de sociabilidade na construção do projeto de vida*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- LEÃO, G.; CARRANO, P. C. R. O jovem Milton: a individuação entre a igreja e a educação social. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, UFRGS, v. 38, n. 3, p. 895-914, Jul./Set. 2013. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. Considerações sobre o cotidiano e habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. *Rev. Ter. Ocup.*, São Paulo, USP, v. 2, n. 2, 2011.
- MALFITANO, A. P. S. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. *Etnográfica* [online], v. 15, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1060>; DOI: 10.4000/



- etnografica.1060>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- MATTOS, E. *Desenvolvimento do self na transição para a vida adulta: um estudo longitudinal com jovens baianos*. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- POCHMANN, M. *Juventude e novos caminhos no Brasil* [versão eletrônica] – Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. [S.l. : s.n.t.], 2004. 219 p.
- REICHERT, C. B.; WAGNER, A. Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade. *Estud. pesquisa. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2007.
- ROGOFF, Barbara. *A natureza cultural do desenvolvimento humano*. Tradução por Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SEGRE, M.; SILVA, F. L.; SCHRAMM, F. R. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia. In: *Portal do médico*. 2005. Disponível em: <<http://www.portaldomedico.org.br/revista/bio1v6/conthistorico.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2016.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

\*\*\*

**Denise Andreia de Oliveira Avelino** é Advogada, Assistente Social, Especialista em Gestão de Responsabilidade Empresarial pela PUC/ Minas e Gestão de Políticas Sociais e SUAS pela Faculdade Pitágoras/ SEDESE, e Mestre e Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV.

**Maria de Lourdes Mattos Barreto** é Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa e Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, é Professora

Associada IV (DR) da UFV. Tem experiência na área de Economia Doméstica, com ênfase em Família e Desenvolvimento Humano, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Políticas Públicas, Programas e Projetos Sociais para a Infância; Políticas de Proteção à Infância; e Construção do Conhecimento Social envolvendo temáticas pertinentes à Economia Doméstica, tendo crianças e adolescentes como fontes privilegiadas da pesquisa.

***Rita de Cassia Cesarino*** é Graduada em Letras; Mestranda em Economia Doméstica na UFV; Especialista em Comunicação Social pela PUC/SP e em Políticas Públicas em Gênero e Raça pela UFV  
*ritadecassiacesarino@gmail.com*

Esta publicação foi impressa em 2018 pela gráfica Imos  
em papel offset 75g/m<sup>2</sup>, fonte ITC Franklin Gothic,  
tiragem de 500 exemplares.